

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Mai



[cntv@cntv.org.br](mailto:cntv@cntv.org.br) | (61) 3321-6143 | [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br) | Edição 2781/2022



## RIO GRANDE DO NORTE



**Natal/RN 18 de maio de 2022**

*Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN*

**Ano XII N. 09**

*O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte*

### SINDFORTE-RN, DIA DE FISCALIZAÇÃO E NOITE DE CONHECIMENTO.

No dia 17 de maio de 2022 o Sindforte-RN nas presenças dos diretores, Francisco Claudio, Alexandre Lima, Franklin Arcanjo e contamos também com o apoio do diretor Marcos, estivemos na empresa Brink's filial Natal para uma fiscalização solicitada pelo MPT 21º Região através de denúncias feitas por trabalhadores em relação ao não cumprimento do intervalo de intrajornada entre outras demandas, segundo a denúncia a empresa Brink's está descumprindo, a CCT vigente na sua cláusula 37 parágrafo 5º que diz: O intervalo intrajornada poder ser concedido, nos casos de viagens, de 30 minutos até 02horas, o Sindforte-RN também fiscalizou a empresa no tocante as manutenções dos "CF carros fortes", a empresa Brink's nos informou que as jornadas de intrajornada estão sendo cumpridas e as manutenções dos carros fortes estão em dias, e que está à disposição para quaisquer esclarecimentos e demandas que surgirem, o Sindforte-RN firme e forte na luta em defesa dos trabalhadores.



Já no período da noite a diretoria compareceu em massa a convite do Sindicato dos Bancários para uma palestra de extrema importância para a categoria do Sindforte-RN, com os temas Saúde Mental, Contexto de Trabalho e Transtornos Mentais Comuns, que contou com as ilustres presenças do procurador chefe do MPT 21º o Exmo. Srº Luís Fabiano Pereira, a Exma. Dra. Simone Medeiros Jalil juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Natal -TRT e a Dra. Alda Karoline Silva Psicóloga responsável pela pesquisa, tivemos a honra de passar um pouco de informação referente ao adoecimento da nossa categoria com o nosso Diretor Alexandre Lima, e contamos também com o nosso querido amigo e advogado do Sindforte-RN o Drº Benedito Oderley falando da luta intensa no judiciário em favor dos trabalhadores que adoecem e também da importância dos sindicatos nas fiscalizações para que por ventura os trabalhadores não venham a adoecer, foi uma noite muito produtiva para todos os presentes.



E como fala o nosso **DIRETOR PRESIDENTE JOSÉ EDMILSON, A LUTA CONTINUA COMPANHEIROS**

# SINDICATO SVNIT FISCALIZA SUPERMARKET.



Diretoria do Sindicato Svnit, recebeu uma denúncia e após receber um vídeo publicado no Facebook onde os fiscais de prevenção do supermarket no bairro água mineral em sg, estavam exercendo a função de segurança o que é irregular pois não são vigilantes credenciados pela polícia federal.

Os diretores do Sindicato svnit estiveram no local e detectaram que os fiscais de prevenção estão ostensivamente como segurança o que ilegal.

Buscamos conversar com os responsáveis pelo mercado pra saber qual seria a função do fiscal de prevenção mais os mesmo não quiseram se posicionar.

Como não fomos atendido na nossa solicitação de esclarecimento a diretoria do Sindicato encaminhou denúncia para a polícia federal solicitando fiscalização de prestação de serviço de segurança irregular, e vamos também denunciar ao mpt o supermercado por desvio de função.

O sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões é o legítimo representante da categoria na região e não podemos concordar que empresários busque ter segurança usando pessoas sem ser Vigilante e pagando menos.

Esperamos que a polícia federal apure a

denúncia pois essa situação está acontecendo em toda rede do supermarket.

**FONTE:** Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES DOS MUNICÍPIOS DE NITERÓI E REGIÕES/RJ.  
Bases administrativas: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá/RJ  
REG MTE Nº 24.000.003037/90 - CNPJ 30.184.261/0001-70 - COD SINDICAL 022.00.03800-2

**SVNIT** 18/05/22 Niterói, 17 de Maio de 2022

Ofício nº 0035/2022  
A  
Polícia Federal de Niterói/RJ

08458.00108.5 120.22.059  
DPF/NRI/RJ: Protocolo SEI-PF

**Assunto: Denúncia de Prestação de Serviço Irregular de Segurança no Supermarket.**

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, vem por meio deste denunciar a Polícia Federal de Niterói a prestação de serviço irregular nos Supermercados Supermarket, usando os trabalhadores com a nomenclatura de Fiscal de Prevenção mais que oficialmente eles estão realizando serviços de Segurança.

Srº. Delegado, recebemos um vídeo que esta circulando no facebook onde aparece do lado de fora 02 funcionários do Supermarket vestido com camisas de fiscal de prevenção abordando pessoas e pedindo para verificar a bolsa do cliente, [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=5147282748692878&id=100002336112515&sfnsn=w](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=5147282748692878&id=100002336112515&sfnsn=w)

Como temos conhecimento de quem pode fazer Segurança é Vigilante registrado na DPF, com ata em dia e com CNV, estivemos no local e ao indagar aos responsáveis sobre qual o serviço que os trabalhadores exerciam no supermercado pediram para aguardar, e depois nos informaram que não poderiam dar informações, verificamos que a função deles especificamente é segurança, usam rádios comunicadores e ficam em pé na entrada do supermercado observando quem entra e sai.

O endereço do local onde o fato aconteceu é Rua Salvatore, nº 1600 - Bairro Agua Mineral Município de São Gonçalo mais em todas as lojas do Supermarket tem esses funcionários.

Sem mais para o momento desde já nos colocamos ao inteiro dispor para qualquer outro esclarecimento.

Claudio Jose de Oliveira  
Presidente  
SVNIT  
Claudio Jose de Oliveira  
Presidente

Atenciosamente,

Rua Dr. Gustavo Lira, 15 Fatima - Niterói/RJ CEP:24070-010  
Tel. (21) 3607 3070 (21) 3628-3070.  
Sub-Sede, Rua Dr. Nilo Peçanha, 100, Sala 801 Centro/SG/RJ  
CEP: 24445-971 - Tel. (21) 2036-0557  
Site: <https://www.svnit.com.br> E-Mail: [sindicatosvnit@gmail.com](mailto:sindicatosvnit@gmail.com)

# “Presidente da Caixa continua fazendo turismo às custas do povo”

**Para representação dos empregados, viagens de Pedro Guimarães e sua comitiva para “conhecer experiências sobre microcrédito” são totalmente desnecessárias**



O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e uma equipe do banco terminaram, no sábado (14/5), mais uma de suas viagens para troca de experiências sobre a concessão do microcrédito. Desta vez, a viagem foi para a Bogotá, capital da Colômbia. A comitiva já passou por Bangladesh, Quênia, México e Peru. Os próximos destinos são Ruanda, Tanzânia, Índia e Indonésia.

O programa de microcrédito é voltado para microempreendedores individuais (MEI) e para

pessoas físicas. Segundo o banco, as viagens são importantes para que a Caixa desenvolva o modelo no país.

“O microcrédito é muito importante. É preciso incentivar os microempreendedores e pessoas físicas que precisam de recursos para manter suas fontes de renda. Mas, temos boas experiências neste segmento no país”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, se referindo aos programas de

microcrédito desenvolvidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pelo Banco da Amazônia (Basa). “Estas viagens são totalmente desnecessárias. O presidente da Caixa continua fazendo turismo às custas do povo brasileiro”, criticou.

### **Crítica dos leitores**

De acordo com matéria divulgada pelo jornal Correio Braziliense nas redes sociais, a viagem à Bogotá sofreu diversas críticas de leitores. “Gastando dinheiro público com turismo, igual a viagem a Israel com a comitiva gigante que não deu em nada, e depois colocou sigilo de cem anos”, disse um dos leitores. Outro disse: “Esse sujeito faz turismo às custas do povo, posando para fotos sem parar. Está igual ao genocida que o colocou. O pilantra deixará um rombo na Caixa para o povo pagar das tretas deles.” Um terceiro ressaltou os gastos desnecessários ao afirmar, “eu consigo me aprofundar com um clique no Google, tem um monte de artigos científicos disponíveis sobre o microcrédito na África.”

O programa Crediamigo, do BNB, também foi lembrado pelos leitores. “Mais barato se aprofundar na metodologia que é sucesso no Nordeste e é o maior programa de microcrédito do Brasil. #crediamigo”.

“O Banco do Nordeste já fez este estudo lá fora e tem um modelo bem sucedido e adaptado para o país. Sem dúvida é bom conhecer outras experiências, mas não há a necessidade de rodar o mundo como ele vem fazendo”, afirmou o Coordenador do Comitê em Defesa do Banco do Nordeste, Robson Araujo.

### **Experiência brasileira**

O Banco do Nordeste lidera o financiamento a microempreendedores no país por meio do Crediamigo, o maior programa de microfinança urbana da América do Sul, com 2,4 milhões de clientes ativos, consagrando-se como líder no segmento, com a impactante marca de 50 milhões de operações contratadas, desde o início de sua criação, dado que traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social. Enquanto os empréstimos de curto prazo, destinados principalmente ao microcrédito urbano (Crediamigo), entre outros produtos, atingiram o valor de R\$ 13,8 bilhões, com acréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior, e representaram 33% do valor contratado no ano de 2021. O programa Crediamigo responde por 92,2% do volume total, com desembolso de R\$ 12,7 bilhões de recursos aplicados em 4,2 milhões de operações de microcrédito urbano e que movimentaram a economia da Região, refletindo crescimento de 4,7% em relação a 2020.

No campo, o papel do Agroamigo, o programa de microcrédito rural do BNB terminou 2021 com a soma de R\$ 3,39 bilhões aplicados, distribuídos em 589,7 mil operações, 16,89% a mais em termos de valores em relação a 2020. A carteira do Programa Agroamigo alcançou 1,4 milhão de clientes ativos, em que 73% estão no Semiárido – área prioritária de nossa atuação desenvolvimentista.

**FONTE: ContrafCUT**

# TCU aprova venda da Eletrobras apesar do prejuízo bilionário aos brasileiros

**Tribunal de Contas da União (TCU) aprova por 7 a 1 processo de privatização da Eletrobras. Preço cobrado pelo governo está, no mínimo, R\$ 40 bilhões abaixo do valor da estatal. Eletricitários protestam**



A maioria dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), acompanhando o voto do relator Aroldo Cedraz, aprovou por 7 a 1 o modelo de capitalização da Eletrobras, o que na prática, significa a venda da empresa ao capital privado. Assim o governo pode vender parte de suas ações na estatal. Atualmente a União detém 72% das ações e com a capitalização ficará com 45%, deixando de ser o acionista majoritário.

O ministro do TCU Vital do Rêgo, contrário à venda da estatal, disse em seu voto que a Eletrobras está sendo vendida a preço de banana, com interesses escusos, por um valor, no mínimo R\$ 40 bilhões a menos do que vale no mercado, além de outras irregularidades, como a possibilidade do capital privado se tornar acionista majoritário da Eletronuclear, o que é proibido pela Constituição. **Veja abaixo.**

A pressa do governo de Jair Bolsonaro (PL) para que o TCU aprove o processo de privatização é para aproveitar a “janela de oportunidade” que se fecha em 13 de agosto.

“O prazo é importante por ser o mês de férias nos Estados Unidos e os norte-americanos não fazem operação deste tipo nessa época”, explica Tiago Vergara, do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

### **Os prejuízos com a privatização da Eletrobras**

A venda da Eletrobras vai prejudicar 99,7% da população brasileira que é consumidora de energia elétrica. A projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é de que as contas de luz subam, de imediato, entre 16% a 17% em todo o território nacional.

“A Eletrobras tem 47 usinas hidrelétricas responsáveis por 52% de toda a água armazenada no Brasil. 70% dessa água são utilizadas na irrigação da agricultura. Imagine tudo isso nas mãos de uma empresa privada que só se interessa pelo lucro, alertou o engenheiro elétrico da Eletrobras, Ikaro Chaves.

O engenheiro ressaltou ainda que os aumentos de preços serão em cadeia: “Lógico que o preço vai subir para a agricultura e será repassado para a população que vai pagar mais caro pelos alimentos que coloca à mesa”, afirmou em entrevista já em 2019, quando Jair Bolsonaro (PL) sinalizou com a privatização.

Antes de apresentar o seu voto contrário à venda, o ministro do TCU, Vital do Rêgo, pediu o adiamento da votação, mas a maioria do plenário decidiu pela continuidade do processo. Diante da decisão da maioria, o ministro elencou seis irregularidades na privatização da Eletrobras, com enormes prejuízos aos brasileiros e ao país.

## **1 – Perda de controle acionário da Eletronuclear**

O processo de privatização da Eletrobras pode levar à privatização também da Eletronuclear, por causa de uma dívida entre as empresas. Se a Eletronuclear não pagar R\$ 2,7 bi a Eletrobras, os acionistas privados da empresa, após sua venda, terão direito às ações da Eletronuclear e com acesso a informações e tecnologias nucleares. Isso impede que a ENBPar assumira o controle da Eletronuclear. A ENBPar é a estatal criada para gerir a Eletronuclear a Itaipu Binacional, que não serão privatizadas junto com a Eletrobras. Além disso, segundo Rêgo, parte desses dividendos será pago a acionistas privados após a perda do controle da Eletrobras, com prejuízo de R\$ 743 milhões à União;

### **2- Subavaliação da Itaipu Binacional**

Pelas contas do governo a Itaipu Binacional vale apenas R\$ 1,2 bilhão, o que na opinião do ministro Vital do Rego, está sub avaliado. De acordo com análise técnica, a Itaipu deve valer cerca de dez vezes mais do que os R\$ 1,2 bi.

3 - Avaliações diferentes de duas empresas diferentes

O ministro contestou a contratação pelo BNDES de duas empresas diferentes que avaliaram o valor da Eletrobras. Cada uma avaliou a partir de diferentes critérios, o que resultou numa diferença de R\$ 30 bilhões no valor avaliado.

### **4 – Poison Pill e Golden Share**

Poison Pill - A “pílula do veneno” consiste em uma regra que se um acionista venha a ultrapassar determinados limites de participação acionária seria penalizado com a obrigação de realizar oferta pública para a aquisição das quotas dos demais acionistas.

O percentual de cláusula de “poison pill” É conflitante com a participação acionária igual ou inferior a 45% que a União terá ao final do processo de capitalização da Eletrobras.

Golden Share. São ações que valem mais (ações douradas, preferenciais). A pílula do veneno impede que impede acionista de ter mais de 50% das ações – não consta nos autos critérios adotados.

Segundo o ministro essas medidas não constam nos autos

### **5 – Interfere na Política Nuclear do país**

As entidades que tem como tema afeito à política nuclear do país não foram ouvidas, nem a Comissão Nacional de Energia Nuclear, nem a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, já que a privatização da Eletrobras interfere no controle acionário da Eletronuclear.

### **6 - Endividamento líquido ajustado**

A avaliação da Eletrobras está cheia de erros, o que provoca um prejuízo, uma diferença de R\$ 30,64 bilhões no cálculo do endividamento líquido da Eletrobras.

“Há uma série de inconsistências formais, erros grosseiros de contabilidade, de apreciações mínimas necessárias de regulamento, regimentos”, disse em seu voto p ministro Vital do Rêgo.

Os demais ministros que votaram a favor da privatização discursaram defendendo que o mercado privado é que terá condições de investimentos, o que é criticado por economistas progressistas que entendem que o Estado que é indutor do crescimento econômico.

Votaram a favor da venda da Eletrobras os ministros Bruno Dantas, Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (relator) Jorge Oliveira e Antonio Anastasia. A presidenta do TCU, Ana Arraes não votou. Ela só votaria caso houvesse empate.

## **Confira no quadro outros prejuízos para a população com a venda da Eletrobras**

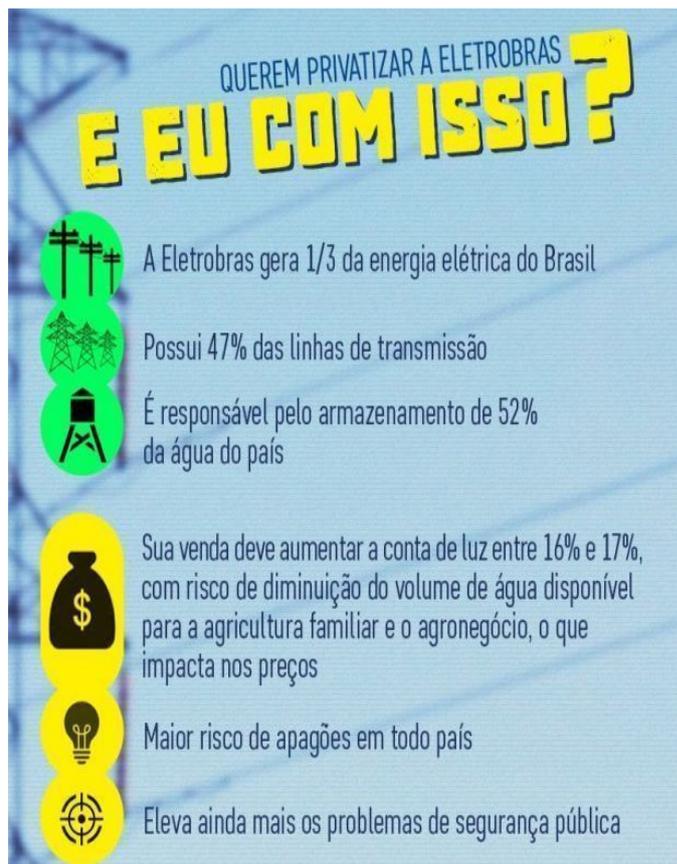


Foto: ALEX CAPUANO

A Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) publicou 60 motivos para os brasileiros serem contra a venda da estatal.

### **Eletricitários protestam em Brasília**

Nesta quarta, centenas de eletricitários e eletricitárias protestaram contra a privatização em frente à sede do TCU. O ato teve o apoio de parlamentares da oposição ao governo Bolsonaro, que denunciaram as irregularidades no processo e as perdas que o povo brasileiro terá com a venda

### **Mobilização nas redes sociais**

Pela manhã o tuitaço com a hastag #18MEletrobrasPublica contra a venda da Eletrobras ficou entre os primeiros lugares na rede.

Tanto o ex-presidente Lula como a a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) se posicionaram contrários à venda da estatal.

Fonte: CUT

# Governo Bolsonaro quer retirar mais direitos trabalhistas para beneficiar patrões

**Com a desculpa de que direitos impedem a abertura de novas vagas, Paulo Guedes acena a empresários com redução de encargos trabalhistas. Para CUT, governo quer jogar sua incompetência nas costas do trabalhador**



**Fila do mutirão de empregos, na última segunda (16) em São Paulo**

Com o velho discurso de que o trabalhador brasileiro com carteira assinada tem excesso de direitos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, que em três anos e cinco meses não apresentou uma proposta sequer de geração de emprego e renda, acenou em evento com empresários, nesta semana, que o governo de Jair Bolsonaro (PL), pode diminuir ainda mais esses encargos. Ou seja, vai retirar direitos para supostamente abrir novas vagas de emprego.

Ele só não explicou como isso seria feito, nem saberia explicar como, sem tirar nenhum direito, os governos de Lula e Dilma Rousseff

(PT) geraram mais de 19 milhões de empregos formais e com a menor taxa de desemprego de todos os tempos (4,8% em 2014).

Hoje, cinco anos após a entrada em vigor da reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer (MDB-SP), que prometia criar mais de 6 milhões de empregos em troca da extinção de mais de 100 direitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a taxa de desemprego passa de dois dígitos e atinge quase 12 milhões de trabalhadores mesmo com trabalhador formal, mas sem carteira assinada, contrato intermitente e outras modalidades de

bicos legalizadas pela reforma do ilegítimo.

A renda do trabalhador, que nos governos do PT conquistou reajuste acima da inflação em 84,5% das negociações salariais para mais de 300 categorias profissionais, diminui a ano a ano. Este ano, cerca de 40% dos acordos salariais foram fechados com percentuais inferiores à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na última Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD Continua) do IBGE, a renda ficou negativa em - 8,7%, no primeiro trimestre deste ano em relação a janeiro e março de 2021. Hoje a renda média está em R\$ 2.548 - este valor é o mais baixo desde 2012, quando a pesquisa começou a ser feita também no governo Dilma Rousseff.

A ideia de Guedes de novamente mexer nos direitos trabalhistas é rechaçada pelos secretários da CUT Nacional, Valeir Ertle, de Assuntos Jurídicos e Ariovaldo de Camargo, de Administração e Finanças. Para eles, o governo quer esconder a sua incompetência em melhorar a economia jogando a culpa pela crise econômica nas costas do trabalhador.

“Já está comprovado que tirar direitos não gera vagas de empregos. É uma falácia. Estão roubando os trabalhadores”, acusa Valeir Ertle.

A mesma linha de crítica tem Ariovaldo Camargo. Segundo ele, o governo dá continuidade a uma política de quem paga a conta da crise é o trabalhador. “Esta crise foi criada por um governo sem capacidade de lidar com a pandemia, com o desemprego, por um governo que só sabe diminuir o custo para o empregador. Toda vez que um governo vai mal, os ricos se beneficiam. É bom para os empresários e muito ruim para o conjunto dos trabalhadores, que paga a conta da crise criada pelo próprio governo”, diz.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

**O governo transfere as mazelas e dificuldades de geração de emprego a quem não tem nenhuma culpa, o trabalhador**

**- Ariovaldo de Camargo**

**Tentativa de acabar com o FGTS**

O último balão de ensaio do governo Bolsonaro foi tentar diminuir a alíquota de contribuição paga pelos patrões ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de 8% para 2%, e reduzir a multa rescisória de 40% para 20% nos casos de demissão sem justa causa.

Com a forte reação das CUT, demais centrais e da sociedade civil organizada, Paulo Guedes negou que a proposta fosse avançar, mas não negou que houve estudos nesse sentido.

Para o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, mesmo Guedes ter recuado, não é garantia de que vá desistir de acabar com o FGTS.

**Com esse governo é orai e vigiai. Não dá para confiar, e é um alerta aos trabalhadores de que se Bolsonaro continuar vamos ficar sem o FGTS e sem nenhuma proteção trabalhista**

**- Valeir Ertle**

O FGTS foi criado em troca da estabilidade do emprego que o trabalhador tinha. O Fundo também é responsável pelo financiamento da casa própria e investimentos em saneamento, beneficiando toda a sociedade

O perigo do governo retirar ainda mais direitos para atender aos maus patrões é real, acredita Ariovaldo. Para o dirigente, é óbvio que Guedes atua como representante do empresariado, por sempre tomar essas decisões sem consultar as entidades sindicais que representam a classe trabalhadora.

“Nós queremos que este governo, em final de mandato, sem credibilidade, cesse qualquer debate sobre regulamentação, alteração de legislação trabalhista, e que permita que o próximo governo possa estabelecer de fato o que a sociedade quer, a proteção salarial e trabalhista”, conclui Ariovaldo.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF